



PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS

# STJ evita prejuízo à Semed

Presidente da Corte suspendeu decisão do TJ que faria a Semed pagar R\$ 6,5 milhões a mais por um contrato de videoaulas

Uma decisão da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza Assis de Moura, impediu que a Prefeitura de Manaus fosse obrigada pela Justiça do Amazonas a assumir um prejuízo de R\$ 6,5 milhões por ano em um contrato iligado à Secretaria Municipal de Educação (Semed).

A presidente do STJ deferiu parcialmente, na última quarta-feira, um pedido de suspensão de segurança relativo a uma decisão do desembargador César Bandeira, do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM), que obrigou a Prefeitura de Manaus a trocar de empresa especializada que oferece serviços de produção, transmissão e gravação de videoaulas a partir de conteúdos educacionais.

A vencedora do processo licitatório, ainda no ano de 2020, foi a empresa VAT Tecnologia da Informação Ltda, que firmou contrato com o município no ano de 2021. Desde então, a segunda colocada no certame, a empresa Amazonas Produtora Cinematográfica, vem buscando, na Justiça local, invalidar o contrato firmado entre a prefeitura e a VAT Tecnologia da Informação. A Amazonas Produtora foi a imediata beneficiada com a decisão da Justiça estadual do último dia 15 de setembro que determinou a inabilitação da VAT e a suspensão do contrato vigente.

A principal diferença entre os dois contratos está no custo



Amazonas Produtora tenta assumir contrato pelo qual cobra R\$ 19,1 milhões por ano, enquanto o contrato da VAT é de R\$ 12,6 milhões

para o contribuinte. Enquanto a Amazonas Produtora tenta assumir um contrato pelo qual cobra R\$ 19,1 milhões por ano, a VAT tem um contrato anual de R\$ 12,6 milhões, valor substancialmente mais baixo por um serviço que já vinha em plena execução até a decisão do desembargador César Bandeira.

A decisão do magistrado foi tomada no último dia 15 de setembro. Uma semana depois, dia 22, mesmo sem ser o desembargador competente do processo no TJ-AM, ele determinou que a Secretaria Municipal de Educação (Semed) e a Comissão Municipal de Licitação comprassem a imediata suspensão

do contrato, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil à secretária Dulce Almeida e ao presidente da Comissão Municipal de Licitação. Também uma semana depois, veio a decisão da presidente do STJ, que acolheu parcialmente os pedidos da prefeitura e reverteu a suspensão do contrato com a VAT.

## Interrupção causou prejuízos

A interrupção dos serviços da VAT em meio ao ano letivo foi um dos argumentos acatados pela presidente do STJ para suspender a decisão tomada pela Justiça do Amazonas e determinar a retomada da execução do contrato.

"Por outro lado, a parte remanescente, suspensão da execução do contrato administrativo - repleta-se, prestação de serviços de produção, transmissão e gravação de videoaulas para os alunos da

rede pública do Município de Manaus - tudo convence que tem grande potencial de, efetivamente, gerar grave lesão à ordem pública. Basta ver que atinge, diretamente, a prestação de um serviço essencial - educação - durante o curso do ano letivo, precisamente, quando já ultrapassado o primeiro semestre e decorrido mais de um mês do início do segundo semestre", sustenta a presidente do STJ.

## Decisão afeta 240 mil alunos

A Prefeitura de Manaus alegou, no processo, que nenhuma das decisões tomadas pela Justiça do Amazonas em relação ao contrato previram qualquer transição a ser realizada com vistas a preservar o direito fundamental à educação dos alunos. Hoje, uma eventual suspensão dos serviços ferocidade afetaria mais de 240 mil alunos da rede municipal de ensino, divididos em cerca de 500 grupos escolares.

"Vale lembrar, a propósito, que

a educação é processo contínuo que requisa planejamento, sequência e acompanhamento regular dos conteúdos ministrados. É difícil negar que a interrupção desse processo, como, fatalmente, acontecerá no presente caso uma vez suspensa a execução do contrato em tela, trará prejuízos à assimilação do conhecimento, dificultará a consolidação das habilidades e atrasará o desenvolvimento educacional dos alunos", destaca a presidente do STJ em sua decisão.

AGRESSÃO NO TCE

# Yara Lins denuncia Moutinho

Presidente eleita do TCE disse que foi chamada de puta, safada e vadia pelo conselheiro Ari Moutinho Júnior no plenário da Corte

CAROLINA GIOVONI  
 politica@critica.com

A presidente eleita do Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM), conselheira Yara Lins, denunciou, nesta sexta-feira, o colega de Corte, Ari Moutinho Júnior, por agressões verbais de caráter misógeno que teriam sido proferidas no plenário do tribunal. A denúncia apresentada na Delegacia Geral da Polícia Civil, onde a conselheira falou com a imprensa em entrevista coletiva.

"Nesse momento eu não estou aqui como conselheira, estou aqui como uma mulher. Uma mulher que foi covardemente agredida no plenário antes das eleições para me desestabilizar", disse a conselheira.

Yara Lins afirmou que as agressões ocorreram enquanto ela estava no plenário, na presença de vá-

rias testemunhas e foram registradas por câmeras de segurança e da transmissão da sessão. Disse que quando cumprimentou Ari Moutinho, ele teria respondido com palavras de baixo calão.

"Eu disse bom dia. Ele respondeu: bom dia nada, puta, safada, vadia. Eu vou te fuder, porque fiz o mesmo com a Lindora no Ministério Público. Você vai ver", relatou Yara, que fez a denúncia acompanhada do vice-presidente eleito do TCE-AM, Luís Fabian Barbosa, do corregedor eleito, Josué Neto, e do filho dela, o deputado federal Fausto Jr (União).

As queixas foram apresentadas após diversas polémicas que envolveram o processo eleitoral que culminou na escolha de Yara Lins e os demais conselheiros para os cargos diretivos no Tribunal de Contas, em eleição rea-



Yara Lins chegou à Delegacia Geral da Polícia Civil acompanhada do conselheiro Josué Neto e do filho, o deputado federal Fausto Jr

lizada na terça-feira.

Citada por Yara, Lindora Araújo é vice-procuradora-geral da República. Foi dela, em março de 2021, parecer favorável à absolvição de Ari Moutinho em um processo no STJ por ataques à gestão do governador Wilson Lima (União) proferidos durante audiência pública sobre a prestação de serviço do gás natural no Amazonas, em junho de 2020.

'ESTUPEFADO'

Ari Moutinho Júnior emitiu uma nota dizendo que vai tomar as medidas judiciais cabíveis para se defender do que ele classifica como "insuas acusações". Disse que ficou estupefado ao tomar conhecimento das declarações de Yara Lins. Afirmou que está surpreso e indignado e que os fatos não se deram da forma narrada por ela.

"Fui criado em um ambiente de respeito e sempre entendi esse comportamento para minha vida pública. Só posso atribuir tudo isso a uma tentativa de me punir injustamente pelo simples fato de ter me utilizado de meu direito de anular meu voto durante as eleições para direção do TCE", escreveu.

CRÍTICAS À MARINA

# 'Engrossa a voz para uma mulher'

Rede saiu em defesa de Marina, criticada pelo atraso das obras da BR-319

CAROLINA GIOVONI  
 politica@critica.com

Após a onda de ataques direcionados à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por conta de divergências sobre a BR-319, a Rede

Sustentabilidade divulgou uma nota nesta sexta-feira em que critica à classe política amazônica.

"A classe política amazonense, que está no poder há mais de 40 anos, grita, aponta o dedo e engrossa a voz para uma mulher amazônica que de-

fende e reforça a importância do tema em todos os lugares em que ocupa", diz um trecho inicial do pronunciamento.

De acordo com a nota, que relaciona a conduta da bancada amazonense ao machismo, a BR-319 seria o



Ministra Marina Silva durante coletiva de imprensa na sede do governo do Amazonas

principal palanque eleitoral de "pesado-defensor" do progresso no Amazonas. "Não fizeram isso quando o ministro era um homem, Ricardo Salles, condenado por crimes ambientais", escreveu o partido da ministra.

Desde a semana passada, políticos locais ao comentarem o isolamento provocado pela seca, atribuíam à Marina a não retomada das obras na rodovia federal, que depende de licenciamento do Itambá. Lins dos dois continentes foi o coordenador da bancada federal do Amazonas, Omar Aziz (PSD). Em Manaus, na quarta, Marina lembrou que ficou 13 anos fora do Ministério do Meio Ambiente e a estrada não anda. "Se fosse fácil já teria sido feita", disse.